

EXPRESSÃO

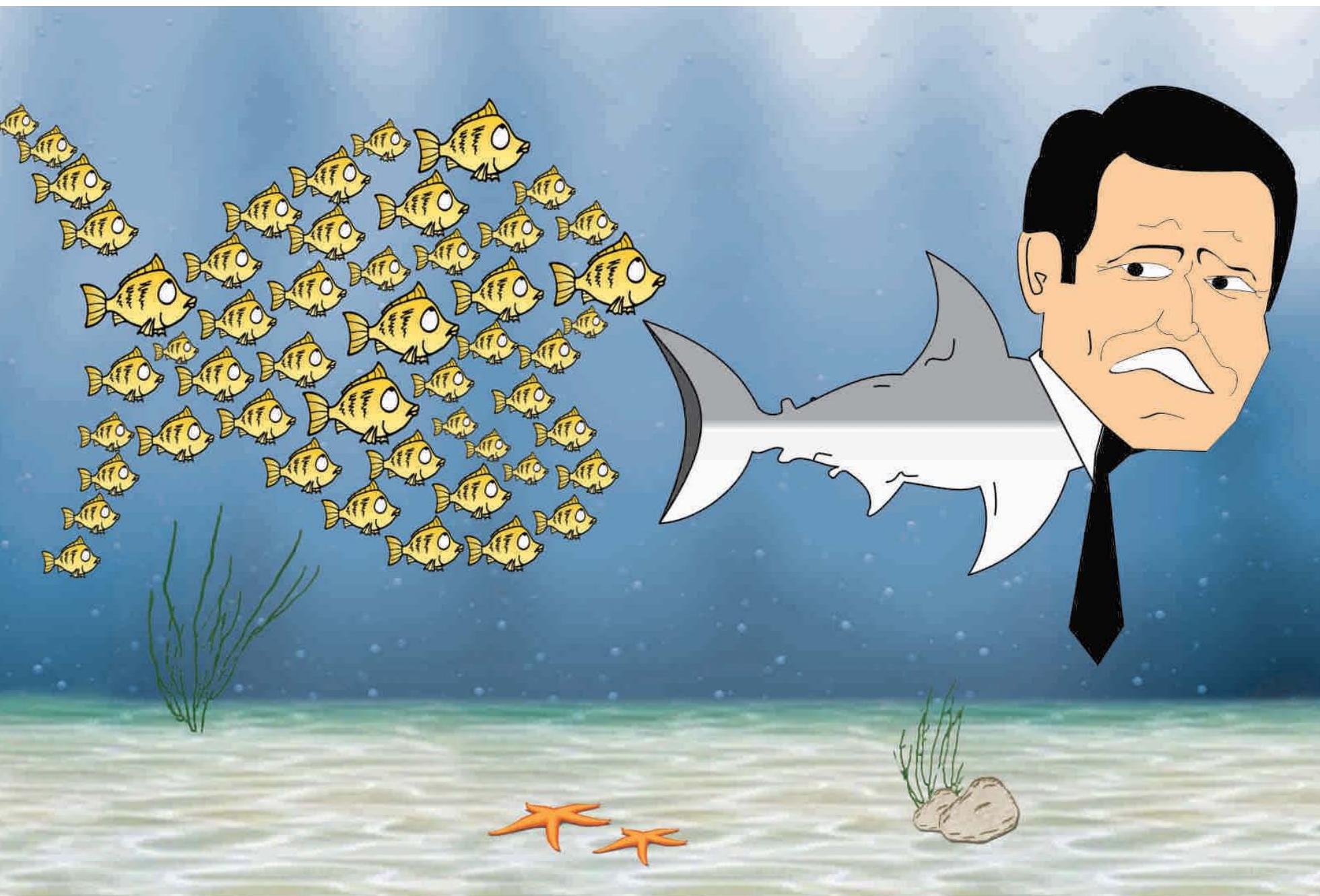
Ano 4 Número 34 Fevereiro.2013

Uma publicação
do Sindicato dos
Servidores Públicos
do Ensino Superior
de Blumenau

UNIVERSITÁRIA

www.sinsepes.org.br

Como fica a reposição das perdas históricas salariais?



Às vésperas de mais uma campanha salarial, a força da união dos servidores fica mais uma vez evidente como única alternativa capaz de garantir a luta pela ampliação de direitos

»» Editorial

Nosso editorial anterior suscitou diversas manifestações internas e externas. Publicamos o neste mês o artigo: "Atuação das fundações privadas ditas "de apoio" é nociva às universidades públicas" assinada pelo Prof. Dr. Pedro Estevam da Rocha Pomar da USP, onde expõe suas considerações sobre o tema em especial no caso da USP no qual agradecemos sua colaboração desde já. Os números e fatos relatados mostram que a fundações privadas criadas principalmente nas décadas de 80 e 90 (a primeira função de apoio foi criada nos anos 30 na UFBA), mostram que a escolha dessa forma jurídica para complementar as atividades da universidade ganhou muitos adeptos em uma época de enfrentamento e crise nas universidades brasileiras.

Realmente a pesquisa não depende só dela como o autor corrige apenas outras atividades são desenvolvidas através delas. Ocorre um erro de natureza quando se optou pela forma fundacional em função do objeto central desta: "o patrimônio" e uma finalidade que instituidor(es) definiu(ram) nos seus atos constitutivos. A responsabilidade dos conselhos da fundação fiscalizados ou velados pela curadoria fundações do Ministério Público deve ter uma estrutura capaz de cumprir com essa missão. Na verdade nenhum dos instituidores tinha à época patrimônio mas mesmo assim a fundação foi registrada. Hoje pelo menos em SC o patrimônio mínimo para seu registro é de R\$

500.000,00 em bens ou dinheiro.

Todos os problemas citados pelo autor de desvio de recursos ou finalidade não são os problemas da forma jurídica em si da fundação e sim de governança e transparência e controle que podem acontecer em qualquer organização seja ela privada ou pública. Nesse ponto concordo com o autor sobre os riscos de deixar controles frouxos sob uma administração precária. Para que não ocorram tais casos, depois de 2007 pelo menos na USP a promotória indica auditoria externa que a fundação remunera, onde o parecer e relatório é entregue primeiro para a promotória e que analisa e o entrega para a reitoria da universidade, dentre outras medidas para aperfeiçoar controles e a governança. Enfim o maior envolvimento da reitoria está no sentido de preservar a própria imagem da USP e escolher a o direcionamento que as fundações devem ter.

Não concordo com apenas com o exemplo dado de comparar o valor de repasse anual das fundações correspondente de 1,5% do orçamento. Excedente é o que sobra e orçamento é o que planejamos antes da realização da despesa. O ano de 1998 foi considerado um ano extraordinário para as fundações A FIA, Fipecaf e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) arrecadaram juntas R\$ 134,52 milhões. Isso era quase sete vezes a dotação orçamentária da FEA no mesmo período, de R\$ 20,53 milhões. Neste mesmo ano, a verba total da USP foi de R\$

842,25 milhões. Ou seja, as três fundações arrecadaram, juntas, 16% do orçamento da universidade, a maioria das atividades desenvolvidas pelas fundações acaba sendo mesmo é de extensão universitária.

Particularmente não defendemos as fundações em si, pois outras formas jurídicas podem complementar atividades e demandas da mesma forma ou até melhor.

A universidade é complexa em função das diferentes áreas do conhecimento e a forma com que relacionam ou tem mais afinidade com determinados segmentos da sociedade, sejam eles governo, empresas ou sociedade civil organizada, é necessário sim uma visão holística dessa realidade sem querer impor um determinado direcionamento excludente o que para nós é um erro. Cabe sim como citado perseguir o aperfeiçoamento da governança e transparência de cada organização escolhendo a forma jurídica que mais motive e estimule cumprindo os seus objetivos. Que tipo de pesquisa ou extensão esperamos que um departamento de engenharia de produção ou engenharia química possa realizar com agentes externos à universidade? Pesquisa básica de excelência normalmente só é financiada pelo CNPQ, CAPES, Fapesc ou outro financiador governamental sabemos disso. E daí? Por que a pesquisa pura é mais nobre que outra pesquisa aplicada? São duas etapas distintas e alguém com oportunidade vai se apropriar em determinado momen-

to de uma delas ela for útil?

Quem decide qual a pesquisa e relevância a ser feita? E a vontade do pesquisador ou a demanda de segmento da sociedade mais forte ou fraca? Tendo conhecimento de cada potencialidade os conselhos da universidade definindo um orçamento tem a decisão de definir como distribuirão os recursos pois, as necessidades de cada área do conhecimento são tão importantes independente de sua relação econômica de curto prazo ou que simplesmente atendam ao setor privado. Um sociólogo ou historiador são tão relevantes para a formação humanística do cidadão do que um engenheiro ou médico o são diretamente no dia-a-dia.

Várias universidades como a UFF, UFMG, UFPA dentre outras começam a firmar acordos e termos de cooperação e intercâmbio com universidades chinesas interessadas no Brasil. Para citar apenas um exemplo da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com a Nanjing Agricultural University, uma universidade pública. Na China os dirigentes das universidades são escolhidos e nomeados pelo Partido Comunista e há mais de 25 anos o esforço da pesquisa é muito direcionado para efetivar uma transferência de tecnologia para as empresas e elas pagam por isso. A pesquisa básica é financiada normalmente pelo estado e a aplicada é desenvolvida em conjunto com as universidades através de seus institutos e centros de tecnologia.

Em um cenário de desindustrialização brasileira onde as empresas tendo ou não capacidade empresarial desenvolvida, geram menos valor, pagam menos impostos, e ou conseguirão pagar melhores salários para trabalhadores, em que sentido a universidade contribui além de formar cidadãos qualificados? Essa pretensa promiscuidade entre público e privado é de forma geral é contraditório diante das demandas que a uma região ou o próprio país possam ter contrários ao papel que a universidade tem no século XXI fechada em seu centro, para lhe preservar autonomia.

CORREÇÃO:

Diferentemente do que foi publicado na última edição de 2012, o título correto do artigo da página 7 é "Relatos de uma atividade MUSICOLÓGICA" e não MUSEOLÓGICA.

Nanjing
Agricultural
University
Google Imagens



Google Imagens

DIRETORIA SINSEPEs | 2011/2014

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); **Vice-presidente:** Luiz Donizete Mafra (DAC), **Secretária geral:** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), **1ª Secretária:** Marian Natalie Meisen (Instituto FURB), **Tesoureiro:** Valcir de Amorim (DAF), **1º Tesoureiro:** Leandro Junkes (Biotério Central), **Diretor de Imprensa e Comunicação:** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), **Diretora de Assuntos Jurídicos:** Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ), **Diretora de Formação e Relação Sindical:** Nevoní Goretta Damo (CCS), **Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:** André Luís Almeida Bastos (CCT)

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Edeimar Valério Mafra (NRTV), Luiz Heinzen (CCEN), Nazareno Loffi Schmoeller (CCSA)
Suplentes: Selésio Rodrigues (DAC), Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)

Jornalista responsável: Magali Moser (02353 JP-DRT/SC).

Diagramação e edição: Magali Moser
Projeto Gráfico: Leo Laps

Tiragem: 3.000 cópias.

Gráfica: Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.


sinsepes

Contato

Expressão Universitária é uma publicação do SINSEPEs (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br

O preço da **civilização** e da vida confortável

O preço das pequenas comodidades é a necessidade de frequentar academias de ginástica para reverter a alta incidência e gravidade da obesidade

POR MARA NARCISO, médica e jornalista

<yanmar@terra.com.br>

Por volta dos meus dez anos, na minha casa tinha geladeira, chuveiro elétrico, televisão (aqui não falamos televisor), batedeira, rádio, ferro elétrico e enceradeira. Num certo período não tinha telefone. Recado, só pessoalmente. Poucos anos antes, na casa da minha avó Maria do Rosário de Souza Narciso tinha as mesmas coisas, exceto televisão e batedeira. Tinha também liquidificador. Com a melhora do salário mínimo em relação ao dólar, o aumento do poder aquisitivo da população e crédito fácil, a presença de eletrodomésticos, que até recentemente servia ao IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - para determinar as classes sociais, não mais determina a estratificação social. Quase todos podem ter motocicleta, máquina de lavar, TV com controle remoto, telefone celular, e muitos têm carro com vidro elétrico.

O preço dessas comodidades é a necessidade de frequentar academias de ginástica para reverter a alta incidência e gravidade da obesidade. A minha avó pesava 46 quilos a vida toda, mesmo depois de ter tido onze filhos. Quando solteiras as suas filhas a ajudavam, e sempre teve empregada doméstica, mas lá tinha escovão para dar brilho ao assoalho, a roupa era lavada à mão, nada era descartável.

Após o uso era preciso lavar

para reaproveitar. Havia fogão e forno a lenha. Não tinha spray. Moía carne com a força do braço. Doces e biscoitos eram feitos em casa. Matava-se e depenava-se o frango. Havia seis quartos, escadas, jardim e quintal grandes para

Penso em como explicar o motivo para a maneira escandalosa com a qual as pessoas estão engordando (...) Os ganhos em longevidade estão escapulindo pelas mãos da obesidade. Precisamos mudar rápido, pois apenas agindo diferente teremos outro resultado. Começamos hoje, amanhã já será o outro dia

serem limpos, com muitas árvores e plantas. Íamos a pé a uma chacinha que vovó possuía, a uns 5 km, aonde plantávamos um pomar. Não havia calorias suficien-

tes para suprir, gastar nas tarefas domésticas e engordar, embora a minha avó quisesse ganhar peso, pois admirava as carnes de sua irmã gorda e fizesse superalimentação para isso.

Andar de carro, de elevador, usar vidro elétrico, controle remoto na TV, máquina de lavar, telefone celular e fralda descartável nos impedem de gastar energia. Estamos nos tornando uns inválidos. Não damos um passo a pé, e quem não faz o serviço doméstico de limpeza precisa comer muito pouco para conseguir manter o peso.

A nossa fome é do tempo das cavernas e o acesso a comida é fácil e farto, com montes de calorias em recheios, molhos, gorduras, açúcar e porções gigantes. Como fazer para não ultrapassar os limites, considerando que o controle da fome é igual ao de nossos ancestrais que corriam de onças e leões?

Penso em como explicar o motivo para a maneira escandalosa com a qual as pessoas estão engordando. Muitos ganharam 5 a 10 quilos em dezembro. Repito que fotos antigas quase não mostram pessoas obesas.

Os estudantes iam a pé para a escola, mesmo que tivessem de caminhar 30 ou 40 minutos. Muitos nadavam nas férias e não saíam de cima da bicicleta. Brincar de correr nas ruas era costume lo-

cal. Não é de se estranhar que os estudos mostrem que as crianças de hoje são maiores, porém muito mais fracas fisicamente e perderiam feio caso disputassem com seus pais ou avós meninos, num cabo de guerra. Como fazer para mudar isso? Produzirmos comida e confortos e não os utilizar?

Como criar coragem de largar o sofá e ir se mexer? Será preciso deixar a TV, o computador e o videogame e fazer uma visita a pé a algum amigo, dar uma volta na praça, deixar os alimentos industrializados e privilegiar saladas e frutas. O sabor está nas gorduras, assim é um desafio abandonar os alimentos mais calóricos.

Estamos alargando o nosso olhar, pois as nossas crianças estão a cada dia ocupando maior espaço. Não só elas, mas principalmente os adultos. Olhando uma foto de salvamento nos Estados Unidos, impressionou-me a largura dos uniformes dos homens do corpo de bombeiros. Caso seus antecessores pesassem 80 a 90 quilos em 1m85, os atuais pesam mais de 120 quilos. Os uniformes estão gastando muito mais tecido e estudos podem confirmar a minha despreziosa observação. Pessoas com mais de 150 quilos não são incomuns. A frequência da obesidade já não causa espanto, mas sim estranheza aos obesos quando se declina qual seria o peso correto, considerando-se o IMC - Índice de Massa Corporal, da Organização Mundial de Saúde, conhecido por todos.

Decretar que pesar mais não faz mal a saúde, ou mudar os critérios de peso adequado, não influenciam no resultado. Estamos ampliando os modelos e manequins, mundo afora. Será que veremos os avanços da civilização serem condenados? Isso se as montanhas de lixo e entulho produzidos e a poluição não nos direcionam novamente para as cavernas. Lá não mais teremos de correr dos mamutes, pois já acabamos com eles. E que não acabemos com nós mesmos, numa patética autofagia. Minha teoria é simplista, mas que tem lógica, isso tem.

Os ganhos em longevidade estão escapulindo pelas mãos da obesidade. Precisamos mudar rápido, pois apenas agindo diferente teremos outro resultado. Começando hoje, amanhã já será o segundo dia.



Retrato de uma cidade **doente**



stock.xchn

A cultura local naturalizou o consumo de bebida alcoólica. Quem vive em Blumenau também quer o alimento para a alma e a diversidade de opções culturais, para além do chope e da cerveja

POR **MAGALI MOSER**, jornalista do SINSEPES

< magali.moser@gmail.com >

Há várias formas de se analisar uma sociedade. A maneira como as pessoas usam seu tempo de lazer e se divertem diz muito sobre elas. Da Roma antiga, nos espetáculos onde gladiadores lutavam até a morte, às touradas espanholas, a trajetória da humanidade mostra as diferentes formas usadas para alegria e diversão de um povo.

Em Blumenau, parece haver apenas uma forma de diversão e lazer: aquela ligada ao chope e à cerveja. No calendário turístico, sai Festival da Cerveja, entra Oktoberfest, Sommerfest ou Stammtisch. Tudo regado a muito chope, claro, o ingrediente principal.

Promover e investir apenas em eventos com este foco é privar cidadãos de um direito básico: o lazer. Quando se recorre a uma substância capaz de causar dependência e vício para toda e qualquer diversão, é sinal de que a cidade está doente.

Este é o desabafo de alguém que também frequenta estes eventos, muitas vezes por falta de opção. Mas sonha com espaços de lazer capazes de realmente promover a integração e a convivência

na sua cidade, sem a necessidade do uso de uma droga (ainda que lícita) para isso. Já escrevi minha opinião a respeito: a melhor se-

Da Roma antiga às touradas espanholas, a trajetória da humanidade mostra que a maneira como as pessoas usam seu tempo de lazer diz muito sobre elas. Em Blumenau, parece haver apenas uma forma de diversão e lazer: aquela ligada ao chope e à cerveja

mana para se viver nesta cidade é durante o Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau, em julho, único momento, na minha opinião, onde se vê a diversidade com toda a sua força por aqui.

As mudanças ocorridas nas relações de trabalho impuseram um

ritmo frenético a todos e demandam um tempo de entretenimento, necessário à sobrevivência. No cinema, no teatro, na praça, no clube, nas festas populares, nos salões de dança, nas atividades esportivas... o tempo livre é fundamental, já diria Domenico De Masi em O Ócio Criativo. Questiona-se o fato de o trabalho ocupar o lugar de atividade central na inserção social e ser atividade dominante nesta sociedade dita “moderna”.

A cultura local naturalizou o consumo de bebida alcoólica. Este diagnóstico não deveria então servir para buscar outras formas de lazer, que permitam relaxar, trocar ideias, dar boas risadas e aproveitar a companhia dos amigos, sem a inclusão necessária do álcool?

Procurar novas opções de diversão que não estejam ligadas ao álcool e sirvam como estímulo para se descobrir outras formas de prazer é um desafio numa cidade que resume as opções de lazer à cerveja. A música do Titãs “A gente não quer só comida” – neste caso, bebida – nunca foi tão propícia. Não se sugere com isso o fim de eventos ligados ao chope, pois se reconhece o público para eles.

O que se reivindica aqui é a promoção de outros eventos que estimulem à cultura, a exemplo de uma Feira do Livro, um Festival Cultural... Sabe-se da existência de alguns deles, com relevância nacional, como FESTFOLK (Festival Nacional de Danças Folclóricas), e do FENATIB (Festival Nacional de Teatro Infantil), de teatro infantil. Mas também se sabe que eles não ganham a mesma divulgação, ênfase e investimento se comparado aos eventos ligados ao chope.

Quem vive em Blumenau também quer o alimento para a alma. A fome pelo acesso à cultura é enorme e fica evidente a cada edição do FITUB ou como se pôde ver durante a temporada do espetáculo Orfeu, ano passado, no Teatro Carlos Gomes, para citar apenas dois exemplos. Leio, pelos jornais, o interesse da nova gestão em fortalecer as parcerias entre o Turismo e a Cultura na cidade, a fim de fortalecer os espaços públicos culturais em Blumenau. Torço para que esses projetos se tornem realidade e sejam capazes de mostrar ao turista uma outra Blumenau, além da estampada nos outdoors e revistas por todo o país.

Desastre de 2008: uma **tragédia** sem fim

O que realmente aprendemos com a maior tragédia climática do país? De que maneira, a catástrofe serviu para trabalharmos as questões de prevenção?

POR **ARNALDO ZIMMERMANN**, Mestre em Jornalismo e professor do curso de Comunicação Social da FURB

<arnaldozimmermann@gmail.com>

Ao nos depararmos com notícias sobre tragédias de grandes dimensões quase que rotineiramente, fica mais difícil lembrar episódios bem próximos de nós e que cujas feridas ainda não foram bem cicatrizadas. É comum reagirmos com sofrimento e indignação nos primeiros momentos dos acontecimentos catastróficos. Mas depois do esvaziamento da cobertura noticiosa segue-se uma sensação de solidão entranhada no público diretamente envolvido com as tragédias, enquanto a grande parcela das pessoas com interesse ocasional pelo assunto despede-se de sua situação de vítima virtual para retomar sua habitual agenda.

No caso de Blumenau, alguém se arriscaria a apontar qual lição foi aprendida sobre o maior desastre socioambiental de nossa história? É possível localizar soluções práticas já realizadas, tanto na correção dos danos quanto na devida prevenção sobre riscos futuros? Se a resposta fosse dada pelos governantes, certamente estaríamos expostos a inúmeros gráficos e demonstrativos numéricos complementados por inseguras justificativas e acusações de cunho meramente político-partidário. Mas se deixássemos a resposta com o cidadão comum, a chance de o silêncio e a dúvida dominarem seria bem maior.

Para podermos lembrar: em novembro de 2008 a cidade se deparou com uma combinação de enchente, enxurrada e deslizamentos de terra que resultou no maior desastre socioambiental vivido desde sua fundação. Além das 24 pessoas mortas na ocasião, imediatamente 5.209 ficaram desabrigadas e mais de 25 mil ficaram desalojadas entre as 103 mil pessoas atingidas. Um conjunto de fatores envolvendo principalmente a topografia acidentada e a ocupação desordenada de um solo frágil resultou no que muitos pesquisadores à época denominaram de uma “tragédia anunciada”, pela forma como a mesma foi socialmente construída.

A irrupção de uma série de escorregamentos de terra em vários pontos distintos da cidade em um momento temporal específico causou espanto e perplexidade a todos. No início, a sensação de impotência embutida em governantes, agentes de defesa civil, militares e até mesmo em membros da imprensa seria fruto de uma experiência anterior limitada a uma semiprevisibilidade dentro de um histórico de atuação diante de cheias, onde instintivas tomadas de decisão variavam conforme a gradual elevação do nível do rio.

Mas no decorrer dos mais de quatro anos que se seguiram ao desastre, o que se pôde acompanhar foram desencontros envolvendo interesses parale-

los apoiados na oportunidade que uma “indústria do desastre” pode oferecer. Erros contínuos na busca de recursos também viraram rotina, somados ao desinteresse governamental pelo real restabelecimento da vida cotidiana dos

No caso de Blumenau, alguém se arriscaria a apontar qual lição foi aprendida sobre o maior desastre socioambiental de nossa história? É possível localizar soluções práticas já realizadas, tanto na correção dos danos quanto na devida prevenção?

atingidos e da conivente apatia dos órgãos fiscalizadores.

Na prolongada obscuridade de um município em estado de calamidade pública e, portanto, livre para a contratação de serviços sem licitação, os recursos financeiros até chegavam, não obstante algumas dificuldades de ordem protocolar. Mesmo com a chegada do dinheiro, a má distribuição das verbas tornava-se nitidamente visível para os poucos que ousavam questionar e não se limitar ao conforto de um

falso engajamento ufano que cegava a maioria. Apesar das reformas milionárias de galpões de abrigo mal instalados, a agenda governamental e legislativa permaneceu com outros tópicos em destaque, como por exemplo, a concessão dos serviços de esgoto. Foi justamente no vácuo de uma cidade entristecida que ocorreu essa veloz operação (hoje investigada pelo ministério público). No entanto, a mesma agilidade exercida no episódio do esgoto não foi repetida nos processos de recuperação e realocação das famílias atingidas no desastre.

A recente notícia sobre a perda - por falta de projetos - de R\$ 177 milhões do programa Pró-Moradia (governo federal) expõe, finalmente, a real identidade da gestão pública local. A sensação de descaso gerada afeta diretamente pessoas em sua vã inocência que, em um ou outro momento, foram convencidas de que o discurso de seus dirigentes públicos vinha ao encontro de suas principais aspirações, principalmente daquelas que as trariam de volta ao exercício pleno da cidadania.

Perdem, assim, os moradores das chamadas áreas de risco das ruas Pedro Krauss Sênior, Araranguá, Antônio Zendron e do Morro da Garuva. Perdem também todos os moradores de Blumenau, mesmo que temporariamente atentos a outras pautas na mídia. A chance de pessoas reais espantarem de vez o fantasma de uma nova tragédia foi mais uma vez abafada, desta vez pelo desleixo que caracterizou e desenhou todo um perfil administrativo.

Ademais, os R\$ 177 milhões perdidos podem ser considerados uma bagatela para alguns agentes políticos, já que representa pouco mais do que a despesa anual com auxílio-moradia para deputados estaduais, conselheiros do Tribunal de Contas e altos escalões do judiciário em Santa Catarina.

Infelizmente, somos na maior parte do tempo governados e representados por personagens com dificuldades em lidar com situações extremas, como desastres e desespero de famílias desabrigadas. A habilidade para administrar em momentos de conflito vale-se de um apropriado histórico de reconhecimento e de relacionamento com o contraditório. E é justamente a partir do dia seguinte aos momentos de dor e comoção social que pode ser revelada a verdadeira face de determinados governos e seus ocupantes.

Neste sentido, fica cada vez mais nítido que Estado não pode ser gerido como empresa privada. As prioridades divergem no momento em que sustentabilidade, qualidade de vida e dignidade humana se distanciam dos ideais que circundam o lucro fácil e imediato. E uma cidade com o alto grau de vulnerabilidade que Blumenau tem em relação a enchentes, enxurradas e deslizamentos de terra não pode se dar ao luxo de não priorizar a prevenção constante a desastres desta natureza. Caso contrário, tudo será um jogo de cena, tanto dos espectadores com ares de voyeurismo quanto dos governantes. Mas nunca dos atingidos pelas catástrofes.

Enchente em Blumenau em setembro de 2011 trouxe à tona mais uma vez as fragilidades da cidade diante das questões climáticas

Foto: Magali Moser





stock.xchn

Vivências com confiança: um desafio

Como ter paciência necessária para lidar com contrariedades?
Como administrar as frustrações da vida?

POR SUZANA SEDREZ, Pedagoga e Psicóloga, mestre em Ciências Sociais Aplicadas à Educação. Doutora em Educação. É professora aposentada do Departamento de Ciências e Práticas Sociais da FURB desde 2000

< ssedrez@furb.br >

Como enfrentar momentos de conflito nos grupos de pertencimento? Como ter a paciência necessária para lidar com contrariedades? Administrar frustrações nas mais diversas situações da vida? Podemos acelerar nossa maturidade para enfrentar esses fenômenos do cotidiano? Perguntas que nos fazemos depois de agirmos.

Agimos e reagimos o tempo todo. Tudo a nossa volta pede ação e reação consciente ou inconscientemente. Nem sempre refletimos sobre nossas ações. Geralmente agimos com emoção e, noutras, decidimos na emoção. Há consequências sobre esses impulsos, e muitas das vezes, maculam relações. Estudos interdisciplinares nas áreas de Psicologia, Sociologia, Educação e Artes, apontam que são possíveis outras formas de agir que não sejam baseadas somente nas emoções. É possível agir refletindo sobre as ações. Além de ser um processo a ser aprendido, pode se constituir numa ferramenta para minimizar sofrimentos psíquicos e/ou desgastes mentais desnecessários. Esse movimento, desenvolvido a partir do diálogo, dá base à afetividade que gesta (outros/novos) sentimentos a partir da compreensão do que desencadeia nossas emoções.

Faz-se necessário estabelecer diferenças sobre emoção e sentimento, já que propomos que este é à base da afetividade. A emoção é fugaz e passageira e pode levar ao sentimento. Os sentimentos são mais duráveis e expressam VALORES (conjunto de crenças que povoam nosso interior). Portanto, definem como nos relacionamos e nos inserimos no mundo. Partindo deste pressuposto, acredita-se que é possível transformar emoção em sentimento.

A importância em distinguir emoção de sentimento está em

saber que a emoção é um estado passageiro (podendo embotar a representação/interpretação da “realidade”, portanto está sujeito a revisões) e os sentimentos, sendo

Não é fácil aceitar que se precisa mudar. Vive-se etapas de resistências. Numa primeira etapa, explicita-se a agressividade e o imediatismo; noutra, dor, sofrimento, indignação; por fim, uma compaixão e a percepção de que a mudança (de comportamento) começa em cada um de nós.

mais duradouros, definem e redefinem relações sociais (relacionamentos interpessoais e institucionais).

Nesse sentido, as emoções fluem e os sentimentos podem ser condensados em função de um projeto de vida individual e/ou coletivo e/ou institucional. Como a emoção é mediadora da constituição do psiquismo do sujeito a partir da linguagem e do pensamento, faz-se necessário um aprendizado baseado numa metodologia de trabalho que abranja várias formas de expressão das emoções/sentimentos que se nomina de “vivências e práticas de sensibilização”.

As práticas de sensibilização em seu conjunto – pintura, improvisação, voz, música, escultura, dança, Liam kung, Tai Chi Chuan etc. – atuam sobre o cor-

po, liberando outras possibilidades e habilidades reprimidas socialmente (cuja consequência tem sido impedir a consciência e inibir a afetividade entre as pessoas).

Essas dinâmicas, quando orientadas numa direção de desenvolvimento pessoal, suscitarão/permitirão a compreensão do porquê das dificuldades de se falar de certas emoções que geram determinados sentimentos. O aprendizado dar-se-á na prática, pois são as formas de agir que determinam as formas de pensar e se comportar na vida e no planeta.

Essa abordagem metodológica deverá estar pautada na confiança estabelecida entre os participantes do grupo, pois é ela que vai reforçar o sentimento de solidariedade para com o outro resultando em aprendizado/ desenvolvimento pessoal/grupal.

É preciso ressaltar que trabalhar conflitos interpessoais nos grupos (aqui e agora) exige treinamento na habilidade de “pedir mudanças” e “lidar com críticas”. A saber: explicitar a expressão ou palavra que desagradou; especificar o comportamento desejado; mostrar as vantagens para todos do grupo/planeta sobre a mudança sugerida.

Daí ser necessário saber negociar, ouvir, ceder, construir de fato com o outro e, sobretudo, coletivamente um sentimento que resulte em valores solidários. Nessa nova postura é preciso saber falar do que se sente no momento oportuno e saber contextualizar e resignificar a emoção em sentimento porque aprende-se um com o outro e esse aprendizado tem efeitos multiplicadores.

Não é fácil aceitar que precisa-se mudar. Vive-se etapas de resistências. Numa primeira etapa, explicita-se a agressividade e o imediatismo; noutra, dor, sofrimento, indignação; por fim, uma compaixão e a percepção de que a mudança (de comportamento)

começa em cada um de nós.

Todos estão em mudanças e/ou adaptações, queiramos ou não. Assim como todos somos neuróticos, sabendo ou não. Vivemos numa sociedade neurotizada nas relações históricas que se estabelecem uns com os outros. As neuroses são resultado de conflitos entre o EGO e o ID. Supostamente entre o que o sujeito deseja e o que a sociedade permite. As neuroses dão origem aos sintomas que se manifestam por significantes. São vários os seus veículos... desde o ato falho até palavras/gestos ditas/feitos “sem querer”. Um leque de figuras de linguagem muito elaborado e também de interpretação delicada e sutil. Os sintomas mascaram recalques. Desejos reprimidos e esquecidos. Mágoas, preconceitos, ingratidão podem expressar conteúdos de significantes. Sintetizando, os significantes são formas de expressão dos sintomas que mascaram recalques. Compreender essa linguagem metafórica que fomos desenvolvendo para sobreviver aos recalques, imposições e castrações pode ajudar a nos conhecermos melhor para avaliarmos situações em que podemos interferir para explicitar desejos, posições, diferenças de pensamento e visão de mundo. O que ajudará bastante a viver e ir compreendendo as etapas de resistência dos mecanismos que nos amordaçam, embotam, alienam serão estratégias dentro de uma metodologia de construção coletiva de novos comportamentos/paradigmas. Desta forma, as vivências através das práticas de sensibilização, nortearão outra postura, pois será preciso viver o que se propõe porque é assim que se checa a coerência entre discurso e ação. Enfim, uma metodologia de trabalho em que haja uma participação ativa dos envolvidos, pois os resultados pertencem a todos e contém um pouco de cada um.

Os dilemas para a publicidade infantil

A autorregulamentação da publicidade infantil torna-se mais relevante diante da polêmica entre duas frentes: os que defendem a proibição dela e os geradores de tais mensagens

POR ROSEMÉRI LAURINDO, *Jornalista pela UFSC, Mestre em Comunicação e Cultura pela UFBA, Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de Lisboa, professora do curso de Comunicação Social Publicidade e Propaganda da FURB*

<roselaurindo@gmail.com>

Em parceria com a Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (ESPM), a Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap) definiu em 2011 Indicadores de Sustentabilidade da Comunicação para dar conta dos desafios da produção publicitária contemporânea. Em trabalhos de sala de aula na disciplina Teoria de Comunicação II, na orientação de projetos de iniciação científica e de TCC realizamos estudos a partir da cartilha dos Indicadores para identificar aspectos relacionados às mensagens dirigidas ao público infantil, verificando-se o compromisso da publicidade com a construção do futuro. Buscamos refletir se os publicitários estão preparados para os desafios da sustentabilidade, em particular no atendimento à autorregulamentação da publicidade infantil.

Numa perspectiva de sustentabilidade, a publicidade pode ser vista como vilã, por estimular o consumismo, despertar desejos de compra além do necessário, gerando o desperdício e o mau uso dos recursos naturais do planeta. Deste modo, incutindo pensamento de que consumir mais é ser mais e “ter” vira objetivo da “sociedade do consumo”. Por sua vez, os ambientalistas apresentam pesquisas com previsões pessimistas para o futuro da humanidade. Assim, forma-se consciência para reverter o processo ou, pelo menos, minimizá-lo. Na campanha pelo consumo consciente a publicidade exerce papel fundamental.

É nesse contexto que se pode entender o surgimento dos Indicadores de Sustentabilidade da Comunicação lançados pela Abap, em parceria com a ESPM, que visam criar um ranking brasileiro de agências, incentivando a adoção de práticas de sustentabilidade. Já o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) lançou normas éticas para apelos de sustentabilidade na publicidade, inseridas no Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária.

Nesta perspectiva temos orientado trabalhos que focalizam a publicidade infantil dentre os temas abordados pelo Conar e que mereceram atenção nos Indicadores de Sustentabilidade.

Restrições para esta área são encontradas na Constituição Federal, no Código de Defesa do Consumidor e nos apelos fre-

quentes de entidades voltadas ao Direito da Criança, a exemplo do Manifesto Publicidade Infantil Não (<http://www.publicidadeinfantilnao.org.br/>)

Vê-se que enquanto profissionais da área defendem a autorregulamentação e não a proibição total de veiculação das informações publicitárias mercadológicas dirigidas para crianças, outras opiniões divergem. Por um lado temos posições como a de Gilberto C. Leifert, presidente do Conar, para quem a autorregulamentação deve ser “um fator coadjuvante aos esforços de formação”.

Ao contrário, há entidades relacionadas à infância que entendem que a publicidade infantil torna as crianças influenciadoras nas decisões de compra da família, mas que “crianças e adolescentes são

Numa perspectiva de sustentabilidade, a publicidade pode ser vista como vilã, por estimular o consumismo, despertar desejos de compra além do necessário, gerando o desperdício e o mau uso dos recursos naturais do planeta

indivíduos incapazes de absorverem os anúncios publicitários de forma crítica e reflexiva como fazem os adultos, e são diretamente impulsionados e incutidos a valores que os levam ao consumismo

precoce”. (HENRIQUES, I.V.M. Publicidade abusiva dirigida à criança. Curitiba: Juruá, 2007).

Percebendo a necessidade de envolver a publicidade no âmbito do desenvolvimento sustentável, a Abap iniciou o projeto tendo como foco inicial as agências de publicidade, “com o objetivo de auxiliar as agências de comunicação a adotar práticas sustentáveis em suas atividades, além de estimular seus parceiros, fornecedores e clientes a seguir práticas semelhantes” (INDICADORES de Sustentabilidade para a Indústria da Comunicação – fase 1. 2011. Disponível em: <http://www.indicadorsustentavelabap.com.br/cartilha.pdf>, p. 13).

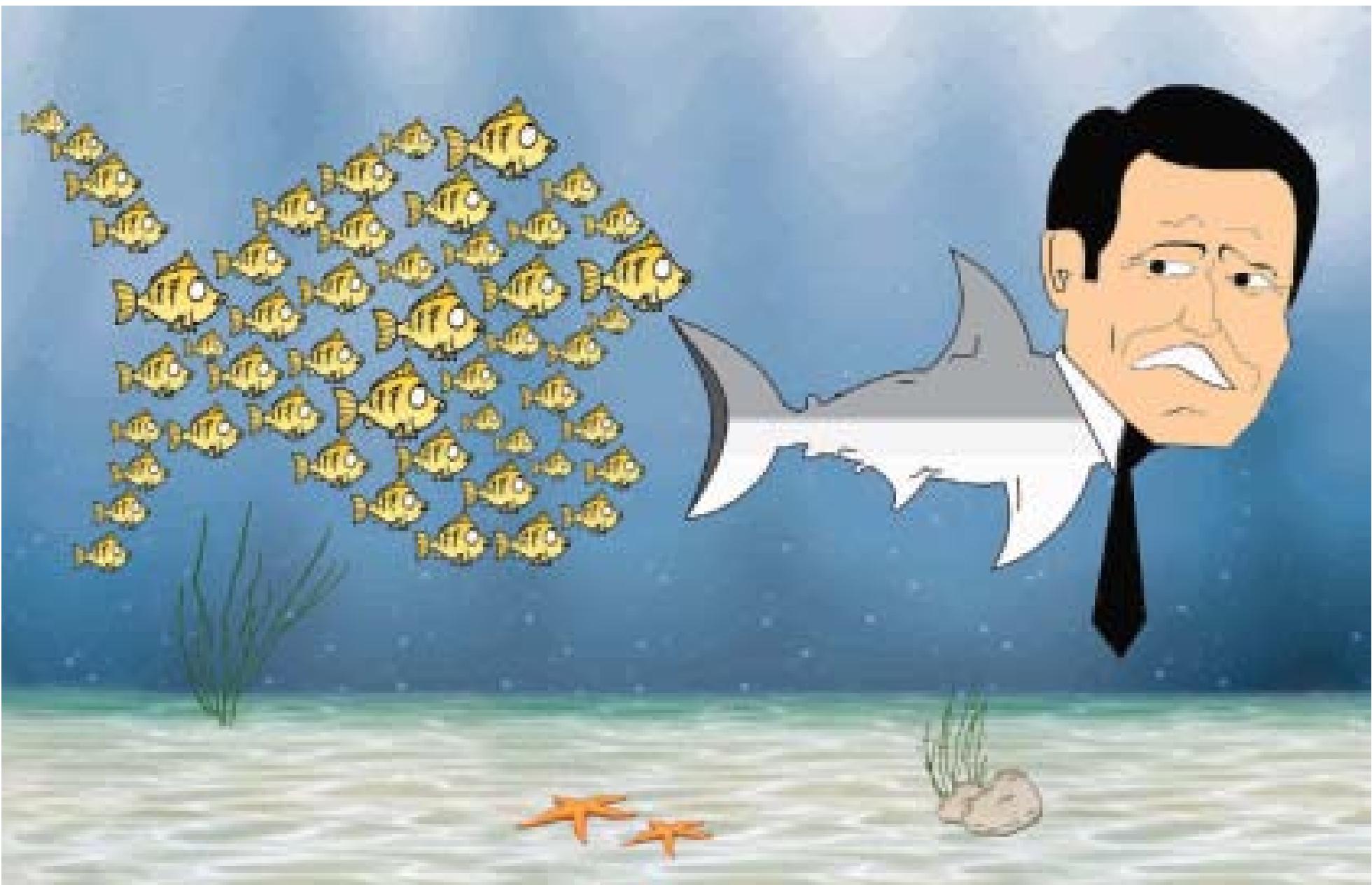
Os Indicadores não se caracterizam como legislação ou autorregulamentação, mas foram concebidos baseando-se nas normas vigentes, abrangendo também diretrizes de outras iniciativas, como os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. Foram planejados para permitir que as agências identifiquem maneiras de aprimorar gestões e processos, para refletirem como poderiam contribuir com as questões socioambientais, tais como pobreza, preconceito, poluição e degradação ambiental. São indicadores divididos em 4 blocos: 1) Valores da Agência, 2) Comunicação Responsável, 3) Gestão com Colaboradores e 4) Gestão com Cadeia de Valor. Há quesito dedicado à publicidade infantil. Este indicador traz referências ao que regulamenta o Conar, preocupando-se com representações infantis apresentadas nas peças publicitárias, observando a capacidade cognitiva das crianças e com atenção espe-

cial para a comunicação dirigida a menores de 12 anos. Cita também a questão da alimentação saudável, o respeito à autoridade dos pais, os cuidados para diferenciar conteúdo publicitário das demais programações e o estímulo ao consumo consciente.

Para visualizar de que maneira os Indicadores estão impactando nas agências de publicidade de Blumenau, realizamos uma pesquisa exploratória pelos acadêmicos de Publicidade e Propaganda, da Universidade Regional de Blumenau, no mês de outubro de 2011, com os responsáveis, donos e gerentes das agências. Os resultados apontam que as agências estão no caminho, para atender as diretrizes dos Indicadores. O trabalho rendeu projeto monográfico da acadêmica Aline de Oliveira, que teve seu TCC contemplado naquele ano com bolsa da Agência de Notícias para os Direitos da Infância (Andi). Além da pesquisa completa depositada na biblioteca da Universidade Regional de Blumenau, artigo científico deve sair ainda este ano com resumo dos resultados.

O tema da autorregulamentação da publicidade infantil torna-se mais relevante diante da polêmica entre duas frentes: os que defendem a proibição da publicidade infantil e os geradores de tais mensagens publicitárias. Diante da problemática da sustentabilidade, a importância de se buscar propostas que levem a um acordo entre os interesses ganha mais relevância. É fundamental analisar as alternativas da publicidade infantil, que contribua com a educação preocupada com o consumo e, conseqüentemente, no envolvimento sadio de toda a sociedade.





Os servidores querem saber, reitor João Natel, como fica a promessa pela **reposição** **das perdas históricas** **salariais?**

Sindicato dos Servidores Públicos
do Ensino Superior de Blumenau
(SINSEPES)



O futuro da FURB em foco

Saída de professores e técnicos do quadro levanta preocupações sobre os rumos da entidade

Adebandada de professores e técnicos da FURB tem se mostrado um fenômeno crescente. De acordo com dados da própria Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (DGDP) da FURB, entre janeiro de 2010 a janeiro de 2013, 58 servidores (34 técnico-administrativos e 24 docentes) pediram desligamento do trabalho na instituição. Segundo a estatística, no mesmo período a FURB não demitiu nenhum servidor. Os dados levam a crer que há uma insatisfação dos servidores com a instabilidade pela qual passa a instituição.

Descontentes com as condições de trabalho e salariais, muitos buscam alternativas em outros espaços ou se dispõem a antecipar aposentadorias. Sem uma resposta clara da gestão para as incertezas que rondam a universidade, tudo indica que este será mais um ano marcado pela saída de bons profissionais da FURB.

O Expressão Universitária conversou com o professor de Antropologia, Alejandro Labale, ex-docente da instituição, que deixou a casa para buscar novas perspectivas na Universidade Federal do Piauí, em Teresina, onde foi aprovado através de concurso. Na entrevista, publicada ao lado, fica evidente a descrença em relação ao futuro da FURB.

O desmonte da FURB, da qual dependem os destinos da educação de pelo menos 10 mil jovens, deve servir de reflexão aos dirigentes da instituição. Ensino não pode ser considerado um negócio, sujeito a interesses descompromissados com a formação intelectual e profissional.

A pergunta que deve ser feita é: qual o valor que se quer dar para certas carreiras públicas, como professores universitários, por exemplo? Se a FURB quer continuar sendo referência no ensino superior na região, como diz a propaganda da instituição, é preciso oferecer aos trabalhadores um salário e um pacote de benefícios suficientes para atrair profissionais qualificadas e capazes. O mesmo raciocínio vale para técnicos. Sabe-se da necessidade de a universidade ter técnicos específicos, como o caso dos meteorologistas, por exemplo.

Os servidores vivem mais uma etapa da campanha salarial nesta retomada das atividades na universidade. Este é o momento para reivindicações! O SINSEPES convoca todos os servidores para participar das mobilizações e fortalecer a luta pela ampliação dos direitos. A pauta de reivindicações será publicada na próxima edição do Expressão e no site da entidade, assim que for concluída.

"A Furb é pública. Mas se contradiz com uma ideologia patrimonialista"

A trajetória do professor e antropólogo Alejandro Labale demonstra que a FURB já perdeu profissionais talentosos por falta de investimento em qualificação e valorização do corpo docente.

Depois de dar aulas por 10 anos na FURB ele fez concurso público para a Universidade Federal do Piauí, onde busca desde então novas oportunidades profissionais.

Nesta entrevista concedida por ele ao Expressão Universitária, professor Labale comenta os motivos que o fizeram sair da FURB.



Expressão Universitária: Qual o motivo da sua saída da FURB?

Alejandro Labale: Em algum momento durante 2008/9 entendi que a FURB não podia já brindar resposta institucional a minha demanda pessoal, pelo menos com a urgência necessária. Doutorado desde 2005, professor concursado desde 1999; vivi o deterioramento da situação financeira da FURB, uma vez que perdeu o monopólio da formação universitária na região. A FURB como universidade pública, porém fora do orçamento público para financiar-se, não conseguiu concorrer com instituições muito mais medíocres, acadêmica e logisticamente falando, porém mais enxutas em custos operativos. Essas IES privadas de gestão enxuta, por não possuírem pesquisa, nem extensão, nem um aparato de gestão que as comprometesse com o desenvolvimento da região (IPT, IPS e diversas formas de atuação local) além da mera obtenção de lucro, significaram uma concorrência assimétrica para a FURB. Logo as condições de trabalho foram ficando a cada dia mais pesadas em horas aulas (sobre exploração de cada um de nós), escasso apoio para atividades de pesquisa e extensão, e um clima institucional denso e de desânimo.

Expressão: Você deixou de ver a FURB como um bom local para se fazer carreira? Por quê?

Labale: A gestão tecnocrática de Eduardo Deschamps, que enfrentei desde o sindicato, terminou por me convencer que o tipo de universidade que eu defendia e almejava não era compartilhada por muitos colegas docentes e técnico administrativos.

Expressão: O que explica, na sua opinião, a saída de tantos outros professores/pesquisadores/técnicos da FURB?

Labale: Infelizmente, num contexto de mercado onde a mensalidade expressa a possibilidade de acesso ao ensino superior para a população do Vale, a FURB, para não aviltar sua proposta acadêmica, teve de intensificar a eficiência de seu quadro de professores em termos de horas/aula (dentro outras propostas para enxugar o orçamento) o que terminou impactando na avaliação de cada um de nós sobre a conveniência de seguir na instituição. Aqueles entre nós com mais anos de instituição optaram por ficar, para

aqueles que tinham alternativas profissionais fora foi mais fácil articular ambas atividades, para aqueles docentes com um perfil profissional e respeito da carreira universitária se tornou mais difícil.

Expressão: Na sua avaliação e pela experiência que adquiriu aqui dentro, qual será o futuro da FURB?

Labale: A FURB num momento de sua história optou por ser uma instituição pública. Porém esse projeto se contradiz com uma ideologia patrimonialista regional que continuam a ver, no plano das ideias, a FURB como fruto do empreendedorismo local. Mas no plano prático esta visão não se compadece com a capacidade real da região de poder financiá-la. Isto implementado ao interior por setores que a veem como uma instituição privada e de negócios, levam a crer que o projeto que vê na realização de sua vocação pública seu futuro perca unanimidade e, concomitantemente, força. O Vale precisa de uma instituição de ensino superior pública de qualidade. A FURB é a forma mais racional de obtê-la em forma quase que automática com o aditamento de um quadro qualificado e uma gestão sumamente eficiente (difícil de achar na administração federal do ensino superior); porém nem todos os projetos internos de poder da FURB veem na federalização seu futuro. É luta de interesses e, obviamente, domínio político.

Expressão: Qual a comparação que você faz entre a universidade que você está hoje e a FURB? Quais as vantagens e desvantagens nos dois casos?

Labale: A universidade federal é fruto de uma política pública de abrangência nacional, o governo mantém uma estrutura gigantesca que demonstra sua eficiência pela contundência de seu impacto. Tem aí muito desperdício de recursos, setores com baixa eficiência que é compensado pelo vigor de linhas de pesquisa e de formação de profissional em outras áreas. A FURB tem uma escala ideal para a gestão integrada; uma eficiência administrativa notável e uma história que é vivida como própria pelos seus integrantes. Isto é muito difícil de encontrar nas unidades federais onde a origem regional e sumamente diversa e o compromisso com o local nem sempre está presente.

RELATÓRIO DE ADMISSÕES E DEMISSÕES DOS SERVIDORES ESTATUTÁRIOS DA FURB - TÉCNICO -ADMINISTRATIVOS E DOCENTES:

Servidores técnico-administrativos/motivo desligamento

	número de servidores
Pedido de desligamento	34
Aposentadoria por tempo de contribuição	27
Aposentadoria por idade	02
Aposentadoria por invalidez	01
Óbito	02
Total:	66

Servidores docentes/motivo desligamento

	número de servidores
Pedido de desligamento	24
Aposentadoria por tempo de contribuição	38
Aposentadoria por idade	06
Aposentadoria por invalidez	03
Óbito	02
Aposentadoria compulsória	01
Total:	74

Redução da maioridade penal: **É a solução?**

De maneira alguma a proposta resolverá o problema da violência no país. Pelo contrário: fará com que os índices de criminalidade aumentem

POR THIAGO RAFAEL BURCKHART, estudante de Direito da FURB

< thiago--rafa@hotmail.com >

Diante do crescente número de criminalidade que vem assolando nossa sociedade e da participação cada vez maior dos adolescentes no crime, muito se discute acerca da redução da maioridade penal no Brasil. Há os que acreditam que esta seja a solução para a questão da violência, mas será esta a melhor medida a ser tomada por nossos representantes? Resolveríamos com isso o problema da criminalidade entre os adolescentes em nosso país?

A temática abordada é polêmica desde os anos 90, quando surgiram projetos de emenda constitucional, como a PEC 171/93 que pretende alterar o artigo 228 da Constituição Federal. Ainda hoje seguem em tramitação na Câmara. Alguns destes projetos pretendem até mesmo reduzir a maioridade penal aos 13 anos de idade para crimes hediondos (PEC 90/03).

Muitos dos que são favoráveis à redução, em sua maioria, influenciados pelos meios de comunicação, argumentam que o adolescente em conflito com a lei não cumpre uma punição devida, o menor infrator é visto como alvo da impunidade e a redução da idade penal é uma maneira de punir os adolescentes de maneira "correta", de forma justa. Além disso, também se alega que um adolescente de 16 anos possui discernimento suficiente do que é certo e errado já que podem votar e eleger os seus representantes exercendo a sua cidadania, portanto,

também deveriam ser punidos por seus atos criminosos.

Uma outra abordagem dos que são favoráveis é o fato de que muitas quadrilhas do crime organizado utilizam cada vez mais os adolescentes para executar os crimes, devido ao fato de o adolescente não receber uma pena como um adulto, e daí a necessidade de reduzir a idade penal. Os mais esclarecidos ainda dizem que nossas leis são obsoletas e destoantes da nossa realidade já que nosso Código Penal foi promulgado em 1940. E ainda mais, atacam o Estatuto da Criança e do Adolescente, voltando-se para o fato de que este protege demais o adolescente em conflito com a lei, garantindo a ele muitos direitos e poucos deveres.

Já aqueles que são contrários à redução se apóiam em argumentos da Psicologia e da Antropologia para defenderem sua posição, contrariando a mídia que traduz uma linguagem equivocada de que somente resolveríamos o problema da criminalidade dos adolescentes de 16 e 17 anos os punindo com a prisão.

Mas não seria esta punição um reflexo do sentimento de vingança que temos com o adolescente infrator? Não seria esta uma forma de nos 'vingar' das vítimas da desordem social? Devemos primeiramente compreender que a perda da liberdade não é a única maneira de efetivamente punir, existem no ECA diversas medidas sócio-educativas que vão desde

uma advertência até a apreensão. Se fossem aplicadas de maneira objetiva pelo Estado, surtiriam efeito necessário para o mantimento de uma ordem saudável.

O crime é justificado pelo motivo, ou seja, ninguém é levado a cometer um ato criminoso sem um aparente motivo. E mesmo que uma lei diga que assassinar é proibido não significa que ninguém irá cometer um assassinato, portanto, a certeza da penalidade não desencoraja o criminoso a

Não seria esta punição um reflexo do sentimento de vingança que temos com o adolescente infrator? Não seria esta uma forma de nos 'vingar' das vítimas da desordem social?

praticar o crime.

Além disso, tal como explica a Psicologia, um adolescente de 16 anos não possui discernimento pleno do ato ilícito. Segundo a Psicóloga e Professora da FURB Catarina de Fátima Gewehr, o senso moral, que absorve e organiza a execução de regras, começa a ser possível mais ou menos a partir dos 05/06 anos de idade, essa é uma regra geral e, como tal, sempre deve tomar em conta os

sujeitos e situações, mas este "senso moral" só completa seu ciclo no início da vida adulta, por volta dos 20, 21, 22 anos.

Também os juízes, ao aplicar a pena a um jovem entre 18 e 21 anos, sempre tende a amenizá-la em 1/3, devido ao fator psicológico. Aos 16 anos pode-se votar, mas esta é uma escolha facultativa do adolescente, que somente terá sua capacidade civil plena de voto aos 18 anos.

Isto somado ao fato da superlotação dos presídios, que se encontram depredados em todo o país, causaria um efeito maléfico na ordem social brasileira. Aqui leva-se em conta que não todos, mas a maioria dos adolescentes em conflito com a lei são pobres e de classe média baixa, sendo estes, os mais atingidos pela desorganização social.

Vale ressaltar que, de maneira alguma, a redução da maioridade penal resolverá o problema da violência em nosso país, pelo contrário, fará com que os índices de criminalidade aumentem. Explico: supomos que um adolescente de 16 anos vá para a penitenciária, este ingressará na Faculdade do Crime, como é popularmente conhecida a estrutura carcerária brasileira e, portanto, o adolescente cada vez mais influenciado pelo crime, sem discernimento completo do ato ilícito, terá cada vez mais tendências a tornar-se mais criminoso.

Além disso, as quadrilhas que aliciaram os adolescentes à prática do crime não deixarão de existir, e passarão a recrutar os adolescentes de 13, 14 e 15 anos, o que acarretará num efeito dominó e daqui há cinco ou dez anos estaremos discutindo a redução da maioridade penal para os 14 anos, da mesma forma que ocorre na Argentina e Portugal.

Contudo, conclui-se que a redução da maioridade penal não terá eficácia positiva em nossa sociedade, sendo que não é esta a decisão a se tomar neste momento. A redução é uma forma de estancar a ferida, uma tentativa de somente acabar com o efeito e não com a causa em si. Precisamos, primeiramente, de uma educação de qualidade, que formem indivíduos conscientes, além de um sistema carcerário bom o bastante para reinserir o criminoso na sociedade, para depois discutirmos a redução da maioridade penal, se necessário.



O Desbravador, um monumento de barbárie

O racismo e os novos fascismos do Estado ficam evidentes em monumentos como o Desbravador, na cidade de Chapecó, Santa Catarina

POR RICARDO MACHADO, *Professor de História da UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) em Chapecó < ricardomachado1982@gmail.com >

Em uma de suas teses sobre a História, Walter Benjamin afirmou que todo monumento de cultura é um monumento de barbárie. Escrita em 1940 durante a segunda guerra mundial, onde os fascismos anunciavam um novo milenarismo, Benjamin manifestava sua crítica a uma sociedade onde o estado de exceção se transformou em regra. E por isso, a celebração afirmativa da cultura tornava-se ao mesmo tempo a exaltação da exceção, logo, da barbárie. Benjamin morreu muito cedo, em decorrência deste mesmo estado que ele denunciava, e por isso não teve condições de continuar este texto e que talvez indicasse que este estado de exceção não cessou com a derrocada dos partidos nazista/fascista/stalinista. Afinal, em grande medida, podemos afirmar que ainda vivemos neste estado de exceção, mesmo nas modernas democracias contemporâneas. E, tragicamente, o nosso tempo presente

Podemos afirmar que ainda vivemos neste estado de exceção, mesmo nas modernas democracias contemporâneas. E, tragicamente, o nosso tempo presente não cessa de erguer monumentos para celebrar a barbárie e os novos fascismos

não cessa de erguer monumentos para celebrar a barbárie e os novos fascismos.

Aqui, quando me refiro a monumento, não estou restringindo somente a estes “lugares de memória” normalmente erigidos em nossas praças públicas, mas toda cultura celebrada em nosso tempo através de suas afirmações identitárias e que expressam uma concepção linear e evolutiva da própria História. Mas é preciso dizer, que estes monumentos de barbárie também se manifestam visualmente naquilo que chamamos tradicionalmente de monumentos. E, neste caso, talvez em poucos lugares do mundo esta afirmação benjaminiana seja tão evidente

quanto no monumento ao Desbravador na cidade de Chapecó, em Santa Catarina.

Inaugurado em 25 de agosto de 1981, o Desbravador teve o seu nascimento associado à fundação da própria cidade. De maneira que a relação entre a História e este investimento na memória determinou também sua localização, afinal, está situada junto da praça cujo nome monumentaliza como coronel aquele que foi considerado colonizador e em meio a uma avenida marcada pelo nome do ditador mais popular do Brasil[1].

Neste caso não é necessário tratar daquilo que está escondido. A estátua é uma alegoria que já diz tudo o que precisa ser dito sobre o Desbravador. Em seu machado ainda escorre o sangue indígena e a seiva das florestas nativas. O fio de sua lâmina é o mesmo que decepou em pedaços os corpos no linchamento de 1950[2] e ainda hoje mutila os trabalhadores nos frigoríficos. Foi o cabo do machado que feriu mortalmente o Chiarello[3], e este mesmo machado é que garante o silêncio sobre a verdadeira causa de sua morte. As botas do Desbravador ainda estão sujas desta terra vermelha marcada de sangue. Foi com elas que marcharam naquele primeiro de abril (que muitos insistem em querer esquecer), e ainda são com estas mesmas botas que pisam cotidianamente em nossas flores. Mas, o grande símbolo da barbárie está erguido no braço esquerdo do Desbravador, apontando para o alto como uma espada. Trata-se do ramo de louro que anuncia uma concepção de história marcada pelo progresso, pela emergência da biopolítica e pelo racismo de Estado. Foi em nome destes louros que se construiu este estado de exceção que virou a regra geral de nossas vidas.

O fato deste monumento ainda estar de pé no espaço urbano mais valorizado da cidade de Chapecó; de ser reivindicado como manifesto da “nossa cultura”; de estar presente em todas as imagens publicitárias da região oeste de Santa Catarina, é manifesto do estado de exceção que vivemos. Mesmo que os discursos públicos não cansem de exaltar o vigor das nossas instituições democráticas, a reprodução da imagem do Desbravador é uma alegoria deste fascismo cotidiano.



Sonho com um dia em que a estátua do Desbravador de Chapecó será como a Bastilha francesa ou o muro de Berlim: símbolos da finitude e decadência daquilo que parecia intransponível. Assim como as estátuas de Stálin e de Saddam Hussein, a única imagem do Desbravador que teremos em nossa memória será a de sua ruína. Neste dia, tendo o ramo de louro no chão sob seus pés, uma turba orgiástica celebrará a aurora de um novo conceito de história, onde nossos monumentos não serão mais monumentos de barbárie.

[1] O Monumento ao Desbravador está localizado no centro da Avenida Getúlio Dornelles Vargas e ao lado da Praça Coronel Bertaso no centro da cidade de Chapecó em Santa Catarina.

[2] Em outubro de 1950 qua-

tro acusados de perturbar a tranquilidade da cidade, após serem presos acabaram sendo torturados, esquartejados e queimados por uma multidão de moradores da cidade. Apesar de ser um tema ainda silenciado pela cidade, já que muitos dos envolvidos são de famílias que compõem a elite local, em 2004 a jornalista Monica Hass publicou o livro “O linchamento que muitos querem esquecer” pela Editora Argos.

[3] Marcelino Chiarello foi professor de Filosofia e vereador de Chapecó. Em novembro de 2011, após fazer denúncias de corrupção envolvendo líderes políticos e empresariais, foi encontrado morto em sua residência. Apesar de todas as evidências indicarem tratar-se de um assassinato político, até hoje a justiça não chegou a um parecer conclusivo do caso.

Monumento o Desbravador, em Chapecó, no Oeste do Estado, requer reflexão sobre as estátuas erguidas em praças públicas como símbolos de memória
Google Imagens

Fundações "de Apoio", mito e realidade

O cenário de distorções geradas pela atuação dessas entidades privadas alcança a maioria das universidades federais e estaduais

POR PEDRO ESTEVAM DA ROCHA POMAR, jornalista, editor da Revista Adusp, da Associação dos Docentes da USP, e doutor em ciências da comunicação

<pedro.pomar@gmail.com>

Gosto de ler *Expressão Universitária*, um dos melhores jornais publicados por sindicatos de trabalhadores. Contudo, causou-me certa perplexidade o editorial da edição 32, que aborda as mudanças institucionais recentes na Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

O editorial questiona decisões da Reitoria que terão impacto sobre o financiamento de atividades de pesquisa e extensão. Sugere que a legislação que rege as universidades públicas é "frágil" e "não foi modernizada para prever todos os papéis" do ensino superior: ensino, pesquisa, extensão. Em seguida, passa a defender a atuação das fundações privadas ditas "de apoio", desde que sejam "realmente apoiadoras da universidade nos seus programas de pesquisa e extensão e não ao contrário, que se sirvam da Universidade, que não tem participação ou controle de suas atividades".

Afirma ainda o texto: "É inegável que grande parte dos avanços que levaram a USP, UFSC dentre outras, a alcançarem seu papel de centros de excelência foi devido à presença de suas fundações de apoio." Esta afirmação é totalmente equivocada, pois não tem qual-

quer fundamento na realidade.

Ao contrário: essas entidades privadas, ditas "de apoio", é que cresceram à sombra daquelas universidades públicas, valendo-se da estrutura material, do prestígio, dos recursos humanos e financeiros destas (às quais supostamente apoiavam e supostamente apoiam), para alavancar suas rendosas atividades empresariais.

CASO DA USP

A Universidade de São Paulo (USP) é uma instituição pública estadual, financiada regularmente pelo Tesouro paulista, com recursos anuais da ordem de 5% da cota-parte do ICMS. Ao longo dos anos, o montante anual das verbas repassadas à USP pelas fundações privadas sempre foi irrisório quando comparado ao Orçamento da instituição de ensino. No ano de 2000, por exemplo, o Orçamento da USP foi de R\$ 1,173 bilhão, ao passo que a soma total dos repasses financeiros de 21 fundações privadas à universidade foi de apenas R\$ 13,248 milhões (1,5%). Um e meio por cento do Orçamento, apenas!

A chamada pesquisa de excelência praticada na USP, em

quaisquer áreas (humanas, exatas, engenharias, saúde, biológicas, ciências da Terra), jamais dependeu da "presença" das fundações privadas ditas de apoio. Essa pesquisa é financiada, quase exclusiva-

Essas entidades privadas, ditas "de apoio", cresceram à sombra daquelas universidades públicas, valendo-se da estrutura material, do prestígio, dos recursos humanos e financeiros destas

mente, pelas agências públicas de fomento à pesquisa: Fapesp (estadual), CNPq, Capes. Financiada por recursos públicos, portanto.

Nota-se em algumas unidades ou departamentos da USP com forte presença das fundações privadas um declínio da qualidade da pesquisa, uma vez que nesse caso os projetos são ditados, na sua maior parte, por interesses mercantis. As fundações privadas (ou os docentes a elas ligados)

são contratadas por empresas privadas ou órgãos de governo para realizar projetos de pesquisa relacionados aos interesses dos contratantes — e não aos interesses autônomos da ciência.

Inversamente, em outras unidades de grande prestígio acadêmico, como a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, o Instituto de Geociências, o Instituto de Ciências Biomédicas, o Instituto de Física e o Instituto de Matemática e Estatística, sequer existe ou existiu a presença de fundações privadas.

A USP é a universidade brasileira que se relaciona com o maior número de entidades privadas autoproclamadas "de apoio": cerca de trinta! Não há qualquer justificativa para esse número exagerado de fundações privadas, a não ser o desejo de alguns docentes (que controlam cargos importantes na burocracia universitária) de conseguir fontes extraordinárias de receitas para eles mesmos. Nas décadas de 1990 e 2000, as fundações privadas da USP criaram cursos pagos em escala industrial. Paulatinamente, incorreram em sérios e repetidos casos de conflito de interesses, favorecimento ilegal em licitações governamentais, contratação ilegal de professores e outros procedimentos que ensejaram denúncias e ações judiciais do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual.

CENÁRIO DAS FEDERAIS

O cenário de distorções geradas pela atuação das fundações privadas alcança a maioria das universidades federais. Na UFSC um ex-reitor chegou a ser preso (2007), em meio a um escândalo de corrupção. Na UnB, além de provocarem a renúncia do então reitor (2008), os ilícitos cometidos pela Finatec resultaram na condenação de um docente, ex-presidente dessa fundação privada, a dez anos de prisão e perda de bens estimados em R\$ 50 milhões (2010). Na UNIR a promiscuidade entre a Reitoria e a entidade privada dita "de apoio" resultou em crise profunda, greve de quase dois meses e destituição do reitor (2012).

Na UFSC as quatro fundações privadas que se relacionam com

Imóvel próprio da Fundação Instituto de Administração (FIA), entidade privada "de apoio" que se relaciona com a Faculdade de Economia e Administração da USP
Daniel Garcia/
Adusp



a instituição pública foram objeto de investigações do Ministério Público Estadual (MPE). O caso mais grave foi o da Feesc, que em 2007 acumulava uma dívida de R\$ 35 milhões ao INSS e teve sua diretoria afastada por ordem judicial. Mas a Fepese, a Fapeu e a Funjab tiveram suas contas de 2004 rejeitadas (em 2007) e viram-se obrigadas, depois disso, a aceitar uma espécie de “intervenção branca” da Promotoria de Fundações.

A Controladoria Geral da União encontrou graves irregularidades em nada menos do que 207 cursos pagos oferecidos pelas fundações privadas na UFSC entre 1995 e 2003, envolvendo a Feesc, a Fapeu e a Funjab. Também o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou uma série de irregularidades nas contas apresentadas pela Funjab entre 2005 e 2007, e identificou prejuízos para a UFSC.

Historicamente o TCU vem publicando relatórios e acórdãos em que apresenta ilegalidades flagrantes em contratos firmados entre o setor público federal (ministérios, bancos e empresas estatais) e fundações privadas que “apoiam” diferentes universidades públicas. A dispensa de licitação sem os necessários requisitos legais é a mais notória e grave distorção identificada.

LÓGICA PERVERSA

A lógica dessas entidades é o lucro, apesar de se declararem “sem fins lucrativos”. Sua finalidade principal é gerar remuneração adicional para determinados grupos de docentes, por meio de atividades como oferta de cursos pagos, realização de projetos de pesquisa encomendados etc. Essa

Independentemente das particularidades da FURB, e das mudanças que têm ocorrido, é possível assegurar que a criação de fundações privadas com a suposta finalidade de “apoiar” entes públicos de ensino superior é um caminho equivocado e perigoso

lógica invariavelmente choca-se com os princípios da universidade pública e gratuita. Os cursos pagos, por exemplo, ferem o artigo 206 da Constituição Federal (depois ratificado pela Súmula Vinculante 12, do STF), que estabelece a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais.

O fato de o governo federal haver editado sucessivamente, em apenas seis anos, nada menos do



Prédio onde atua a Feesc, fundação vinculada à UFSC e que sofreu intervenção do Ministério Público Estadual
Daniel Garcia/Adusp

que quatro legislações reguladoras da atuação das fundações privadas ditas “de apoio” — Decreto-Lei 5.205, de 2004; Portaria Interministerial MEC-MCT 475, de 2008; Decreto 7.423, de 2010; Lei 12.349, de 2010 (conversão da MP 495, de 2010) — sugere que essas entidades tendem a driblar os controles oficiais. Mas o pior mesmo é que tais normas “disciplinadoras” são inócuas, porque convalidam as distorções criadas pela relação predatória que esses entes privados mantêm com as universidades públicas.

Assim, o Decreto 7.423 impõe a absurda participação de dirigentes das universidades na composição dos colegiados das entidades privadas, como condição para o credenciamento destas, e desse modo acentua a promiscuidade entre público e privado. A Lei 12.349 amplia as possibilidades de contratação das fundações privadas por dispensa de licitação, na contramão das recomendações do

TCU.

Independentemente das particularidades da FURB, e das mudanças que têm ocorrido, é possível assegurar que a criação de fundações privadas com a suposta finalidade de “apoiar” entes públicos de ensino superior é um caminho equivocado e perigoso. É o que vem demonstrando a experiência brasileira.

Referências:

- Revista Adusp 24, 2001, p. 133. “Gota d’água no oceano”
- Revista Adusp 49, 2011, p. 53. “Ex-presidente da Finatec é condenado...”
- Revista Adusp 52, 2012, p. 32. “Como e por quê derrubamos o reitor em Rondônia”
- Dossiê Nacional 2 (Andes-SN), 2008, p. 34-43. 2004.

Tecnologia suíça pode ser implementada no Vale para tratar a questão do lixo

O município de Bõras, na Suécia, é referência mundial no tratamento de resíduos sólidos. Lá, 99% do que é descartado pela população vai para a reciclagem. A experiência do país nórdico serviu de base para o 4º Fórum Regional de Resíduos Sólidos Urbanos do Médio Vale do Itajaí e Seminário Brasileiro-Sueco Sobre Gestão de Resíduos e Projeto Vinnova. Os encontros ocorreram na FURB dias 23 e 24 de janeiro. O auditório do bloco J, onde aconteceram os eventos, ficou lotado. E até os equipamentos de tradução simultânea (já que algumas palestras foram em inglês) acabaram.

Representantes dos 14 municípios do Médio Vale do Itajaí acompanharam de perto as explanações. A iniciativa foi da FURB em conjunto com a AMMVI e ACIB. O modelo, hoje chamado 'Waste Recovery', parte do princípio que praticamente todo lixo pode ser transformado em algo útil.

Os moradores da cidade separam em sacos pretos e brancos o lixo de suas casas, determinando o que é orgânico e o que é inorgânico. Todo lixo orgânico (30%) é transformado em biogás e usado para abastecer os carros, ônibus e caminhões de lixo da cidade. O lixo inorgânico (70%) tem três destinos: a reciclagem (27%), cujo produto é revendido para empresas fora da cidade, a incineração (42%) que tem como resultado a geração de energia elétrica e a combustão de 1% que provém de lixo hospitalar e resíduos tóxicos, que não pode ser reaproveitado. Isto significa que todo o resíduo local é corretamente destinado e 99% reutilizado



stock.xchnng

Fim da Aposentadoria integral para servidores públicos da União

A presidente Dilma Rousseff sancionou no dia 04 de fevereiro a lei que cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp). A nova ordem vale a partir desta lei para os servidores que ingressarem no funcionalismo público da União, que não terão mais a garantia de aposentadoria integral.

De acordo com a norma sancionada, os servidores públicos que têm salários até o teto da Previdência, hoje R\$ 3.916,20, vão contribuir com 11%, e o governo com 22%. Sobre o valor que exceder esse limite, a União pagará até 8,5%. O trabalhador que aderir à previdência complementar passará a pagar menos Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF).

Inicialmente, a alíquota é 35%, maior que no regime tradicional, mas o imposto cai 5 pontos percentuais a cada dois anos de contribuição, até chegar a 10% a partir de dez anos de contribuição.

Mudanças no Cidadania em Debate

O programa Cidadania em Debate, do SINSEPES, na FURB/TV, passará por mudanças. A partir deste mês, o programa apresentado pelo professor e diretor de Comunicação e Imprensa do Sindicato, Carlos Silva, ganha novo cenário.

O novo painel coloca em evidência engrenagens, em alusão ao mundo do trabalho. A arte foi desenvolvida pelo grafiteiro Alexandre Borges, o Chamba, famoso na cidade por utilizar a técnica.

O grafite quer valorizar a arte de rua (ou arte urbana). Representa a voz da comunidade, dos grupos marginais.

O programa vai ao ar todas as segundas-feiras às 22h, com reprise nas quintas (22h) e domingos (18h). Na pauta, destaque para as questões referentes à educação, cultura e meio ambiente. Programe-se!

SINSEPES visita o presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau

A direção do SINSEPES e representação do Movimento Furb Federal estiveram no dia 01 de fevereiro último no gabinete do vereador Vanderlei de Oliveira, atual presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau atendendo o seu convite formulado para tratar de assuntos relacionados ao legislativo municipal.

Além da discussão sobre os rumos do Movimento do FURB-Federal, no encontro foram tratados assuntos referentes às mudanças das Leis no. 743/2010 e 744/2010 que tratam sobre a criação de cargos novos e redução de jornada de trabalho de profissionais na área de saúde, já aprovadas no CONSUNI e que entrarão na pauta de votação na câmara.

Foram discutidas também matérias sobre a reivindicação para uma alteração das regras da licença prêmio assunto que ainda será deliberado no CONSUNI e sobre uma proposição de Lei para criar a CIPA do servidor público municipal nos moldes na Lei que criou o CISSP - Comissão Interna de Saúde do Servidor Público para servidores federais.

Professores da ETEVI tem agora 1/3 de horas atividade pela Lei do Piso

Foi aprovada na última sessão do CONSUNI de 2012 pelo processo no. 36, nova resolução que estabelece as normas para a organização do cumprimento da jornada de trabalho do profissional de Educação e disciplina a hora-atividade da ETEVI. A resolução tem origem em função da Lei Federal 11.738/2008 conhecida como Lei do Piso que estabelece que os docentes da carreira do magistério da educação básica nas esferas federal, estadual e municipal devem cumprir 2/3 de sua jornada em atividades de interação com os educandos e 1/3 de atividades de preparação de aulas e formação.

A referida Lei chegou a ser discutida pelo STF em grau de recurso motivada por seis governadores de estado que queriam também discutir os critérios do reajuste salarial e dos índices percentuais. O STF manteve por decisão a Lei e os percentuais estão sendo negociados de acordo com a capacidade financeira dos estados e municípios. Já é hora que corrigirmos as graves distorções na educação brasileira. Em pesquisa realizada em 2008, a OIT e a UNESCO haviam publicado o ranking mundial de salários de professores. O Brasil aparecia como no ante-penúltimo lugar. Perdemos apenas para o Peru e a Indonésia. O salário anual médio de um professor na Indonésia é US\$ 1.624, no Peru US\$ 4.752 e no Brasil, US\$ 4.818, o equivalente a R\$ 11 mil por ano.

Necrológico da Biblioteca

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, escritor

<viegas@furb.br>

“Durante décadas meu pai viveu trancado na biblioteca que toma todos os cômodos da casa. Por causa dos livros nos abandonou, como se um monte de papel mal cheiroso pudesse substituir o mais irrelevante afeto de uma família. O velho arredo que jamais me fez um carinho era cheio de cuidados com livros em frangalhos, numa perversão que me repugnava.” É assim que Miguel Sanches Neto dá início ao conto “A segunda morte de meu pai”, no qual narra a investida de um filho contra a biblioteca paterna de vinte e cinco mil exemplares por ele herdada.

Outro dia a repórter de um jornal diário perguntou-me se acaso eu saberia lhe indicar duas ou três pessoas que abrigassem em suas casas uma biblioteca modesta. Não me ocorreu ninguém. Daquelas que lembrei, constatei estarem mortos. Percebi então, claro, que os tempos são outros, diferentes daqueles em que ostentar estantes abarrotadas de cartapácios era sinal de distinção social e intelectual. Na década de 1970, por exemplo, diretores de pornochanchadas recorriam às estantes com livros para figurarem em seus filmes, estrategicamente posicionadas ao lado do bar doméstico com suas garrafas de whiskies, absintos e vinhos exóticos, outro elemento distintivo. Tratava-se, claro, de tentar burlar os vigilantes da moral. Afinal, sacanagem regada a Camões e um legítimo Porto não podia receber o destrato de uma censura acostuada com

Carlos Zéfiro e Caninha 51. De qualquer modo, não é mais assim. Nem as pornochanchadas seriam censuradas hoje, nem as bibliotecas particulares encantam as novas gerações. Na pretensa assepsia dos dias que correm, o papel chei-

Outro dia repórter perguntou-me se acaso eu saberia lhe indicar pessoas que abrigassem em suas casas uma biblioteca modesta. Não me ocorreu ninguém. Percebi então, claro, que os tempos são outros

ra mal, abriga toda sorte de pragas e fungos e ocupa espaço imenso. Uma biblioteca particular entoa os ecos de um limbo para seus prováveis futuros herdeiros (filhos, netos ou sobrinhos de algum vetusto bibliófilo). Está lá para ser destruída tão logo morto seu proprietário, e até a maior parte dos bibliotecários teme ante o anúncio da chegada de uma grande doação de livros pertencentes a alguma coleção particular, isto quando não a rejeitam, impiedosamente. Falta espaço, pessoal especializado para triagem e higienização, e os materiais para o restauro são caros. Enfim, bibliotecas particulares, apesar de cada

vez mais raras, transformaram-se em enormes elefantes brancos.

No conto de Miguel Sanches Neto lemos o ódio de um filho aos livros do pai morto. Eliminar a biblioteca herdada equivale a uma espécie de acerto de contas. Afinal, se toda biblioteca particular carrega consigo uma personalidade, destruí-la corresponde a algo como que um assassinato. Entretanto, o ato extremo do personagem do conto em questão não se constitui em regra, e a maioria das pessoas procura dar destino mais nobre aos livros órfãos do seu bibliófilo e descabidos na nova realidade. Quando não conseguem vendê-los a algum sebo que os compra a quilo, procuram a biblioteca mais próxima para então doá-los, cercados de memória e pompa. Nestes casos, tomamos os doadores com certa compaixão, pois estes tentam preservar o ténue legado de uma vida dedicada aos livros. Acorrem às bibliotecas transbordando entusiasmo e alívio. Entusiasmo porque acreditam sinceramente na importância inesgotável e no valor inestimável do material que disponibilizam, e alívio porque poderão usufruir do espaço desocupado da maneira que julgarem mais adequado, sem ofender a memória do falecido (o que certamente aconteceria se destinassem tudo para usinas de reciclagem de papel). É assim que chegam às prateleiras públicas alguns volumes dedicados com ternura, como se espalhassemos ao vento os sussurros de uma noite de amor. Páginas vincadas

e rascunhadas, números de telefone cuidadosamente anotados a um canto da margem, uma nódoa de história particular. Isto, claro, quando aceitos assim impuros por algum bibliotecário excepcional zeloso de seu ofício. Na maioria das vezes, porém, estes livros sofrem duplo assassinato: indesejados pelos herdeiros e descartados pelo pragmatismo das bibliotecas contemporâneas, são transformados em tiras de papel picado ou, na melhor das hipóteses, são limpos do seu passado, brutalmente devolvidos a uma espécie de virgindade inócua. Penso, às vezes, que o espírito de Filippo Marinetti habita as intenções da maioria dos bibliotecários que conheço, e que a biblioteconomia contemporânea é a sucessora legítima dos futuristas do início do século XX. Isto, claro, não se trata de um elogio, já que Marinetti e os demais futuristas propunham apagar o passado destruindo suas marcas.

O personagem de Miguel Sanches Neto compreende como um ato de perversão a relação que o pai mantinha com seus livros. O próprio pai, em outra passagem do conto, confessa sua promiscuidade com os livros já experimentados, encontrados nas livrarias de obras usadas, aos quais cheirava, tocava, invadia as intimidades. De fato, para se manter uma biblioteca particular, há de se amar os livros, há de se construir uma relação bibliogâmica. Afinal, os livros de uma biblioteca particular não são apenas livros, no sentido daquilo que são capazes de dizer os textos e imagens impressos em suas páginas, mas objeto de fetiche. O praticante da bibliogamia, por exemplo, passa horas diante das estantes, imóvel, namorando os volumes em diálogo mudo, intenso, como que se um sentido obscuro emanasse das capas fechadas. Por isso, toda destruição de uma biblioteca particular corresponde à destruição de uma relação de amor.

Sim, na pretensa assepsia dos dias que correm, o papel cheira mal, abriga toda sorte de pragas e fungos e ocupa espaço imenso. O mesmo ocorre com o amor, este amor de namorados que desfecham tiros no peito, como na poesia de Carlos Drummond de Andrade. Amor que também ocupa espaço e muitas vezes pode cheirar mal. Na assepsia do mundo moderno não há mais espaço para o amor, muito menos para uma biblioteca particular que representa o amor distribuído pelas estantes.

stock.xchng



O livro digital no Brasil

A descoberta dos brasileiros pelos livros digitais já revolucionou hábitos e costumes. Agora espera-se que mude também os indicadores de leitura no país

POR **ROBERTO BELLI**, escritor, graduado em Letras pela FURB

< robertocbelli@gmail.com >

A CRISE DAS LIVRARIAS

No sistema capitalista, o livro tem um caráter duplo, ao mesmo tempo em que encerra um valor cultural é também tratado como um bem de consumo. Durante a história, desde o seu surgimento, a relação do homem com o livro mudou radicalmente.

Como todo bem de consumo, o livro está sujeito aos ditames da economia e suas variações na lei da oferta e da procura. Antigamente, talvez 20 ou 30 anos atrás, as livrarias eram os únicos lugares onde o leitor poderia comprar seus livros. E ali havia dois tipos de seções, a dos livros nacionais e estrangeiros e a da papelaria, artigos para estudantes e escritório. A partir dos anos 90, vimos esse ambiente se redefinindo e se transformando.

Para driblar a crise econômica, as livrarias passaram a diversificar suas ofertas, acrescentando mais duas ou três seções e reduzindo o espaço dos livros. Essas seções foram, basicamente, a da música (que também passou por transformações drásticas), da informática (que de fato é o grande estopim de toda a mudança) e a dos jogos eletrônicos (que surgiram com o desenvolvimento da informática).

A reestruturação das livrarias melhorou o caixa desses estabelecimentos, mas a

Como todo bem de consumo, o livro está sujeito aos ditames da economia e suas variações na lei da oferta e da procura. Antigamente, as livrarias eram os únicos lugares onde o leitor poderia comprar seus livros

venda de livros, embora venha aumentando ano a ano, ainda não é suficiente para determinar que o Brasil seja um país de leitores pelo menos medianos (algo em torno de 15 a 20 livros por ano). Mas isso pode estar associado a vários fatores. Segundo ROSA, J. A. (2008), os entraves estruturais na venda do livro no Brasil, atualmente, são: tempo (nos dias de hoje, o tempo é um bem cada vez mais escasso); qualificação (pouca escolaridade e pouco hábito da leitura); encontrar o livro “certo” que atenda às necessidades do leitor (falta de orientação); escassez de bibliotecas; preço do livro no Brasil, que é caro.

O mesmo autor apresenta mudanças no comportamento das grandes editoras desde os anos 70, que passaram a dar preferência aos

best-sellers, em que o único interesse passou a ser os lucros obtidos. Isto fez as grandes editoras comprarem as pequenas até sobrar umas poucas grandes corporações multinacionais e milhares de minúsculas editoras especializadas em temas “menos interessantes” comercialmente.

No Brasil, entre 1998 e 2003, houve uma queda acentuada nas vendas de livros, apesar de ser beneficiado com a isenção fiscal e ter o governo como um dos maiores compradores. Neste período, não se verificou queda em nenhuma parte do planeta, tendo apenas uma explicação plausível, ou seja, a queda do poder aquisitivo da população.

A partir de 2003, há uma leve recuperação do mercado, mas agora enfrentando uma grande concorrente ao livro impresso, o livro digital.

AS MUDANÇAS DO LIVRO

A informática e a internet transformaram e continuam mudando a face do mundo. Ao digitalizar, o computador organiza e simplifica todos os processos reorientando-os, e a internet leva o produto digitalizado para que seja executado em qualquer lugar do planeta. E o setor que mais sofreu com essa revolução foi o do livro.

Se de um lado os novos processos de digitalização e impressão tornaram o livro mais barato, de outro, a informática acabou produzindo um formato de leitura bem distinto do livro impresso, a tela digital.

E como os editores estão muito atentos a este negócio lucrativo, existem investimentos em tornar o livro digital um produto seguro e barato, mas livre da pirataria, problema que também tem travado o mercado.

O LIVRO DIGITAL NO BRASIL

No final de 2012, a livraria virtual Amazon, existente desde 2007, acrescentou em seu endereço eletrônico de vendas a extensão “br”, abrindo para o mercado brasileiro a sua versão em português do leitor digital Kindle. Apenas com esse fato já é possível dimensionar o interesse das editoras multinacionais pelo Brasil.

A maioria das editoras e das livrarias, por sua vez, já possuem páginas na internet que permitem efe-

tuar vendas de livros impressos e em formatos digitais como o ePUB. Esse formato digital pode ser lido em praticamente qualquer aparelho que seja compatível com um programa de leitura específico.

ONDE ESTÁ A CRISE?

Entraves estruturais em relação à venda e à leitura de livros existem em todo o mundo.

Segundo ROSA, J. A. (2008), “parece haver um número significativo de pessoas com capacidade de leitura e condições de acesso ao livro que não se interessam pela leitura de livros: 50% dos portugueses jamais leram um livro na vida, o mesmo ocorrendo com 20% dos belgas, italianos e finlandeses; mesmo na Suécia, onde 90% já leram pelo menos um livro, 30% não leram nenhum em 2004.”

Isso mostra que para se atingir um elevado nível de leitura, mesmo os países ricos, é preciso um grande esforço. A batalha dos educadores, portanto, só está no começo.

O mesmo autor ainda coloca que

o hábito da leitura “instala-se principalmente por imposição”. Apresenta dados do Retratos de Leitura no Brasil (RLB, 2001) e chega à conclusão de que “existe uma correlação direta entre o nível de escolaridade e apreciação/exercício da leitura, isto é, quem frequentou mais anos na escola e foi obrigado a ler mais usualmente lê mais.”

O Brasil está passando por um boom econômico e aguarda o boom da Educação. Existe uma sensibilidade do governo, que já destinou verbas altíssimas para a Educação neste ano. E o livro digital vai ajudar a abrir as portas para elevar o hábito da leitura a um nível que tanto aguardamos para um futuro promissor.

Referências Bibliográficas:

ROSA, José Antônio. Análise do livro como produto e como negócio no contexto brasileiro atual. 2008. 272 fl. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, 2008.

Tela do pintor realista francês Jean-Baptiste Camille Corot stock.xchng

